



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Guichard Freire, Américo Oscar; Palomanes Martinho, Francisco Carlos
Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a
democracia

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 5, núm. 10, diciembre, 2012, pp. 124-145
Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769698008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia

Remembering April: the Brazilian and Portuguese historiographies, and the problem of the transition to democracy

Américo Oscar Guichard Freire

americo.freire@fgv.br

Professor associado

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Rua Joaquim Nabuco, 43/92 - Copacabana

22080-030 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Francisco Carlos Palomames Martinho

fcpmartinho@gmail.com

Professor doutor

Universidade de São Paulo

Rua Urano, 65/94B - Aclimação

01529-010 - São Paulo - SP

Brasil

124 Resumo

O objetivo deste texto é situar e analisar algumas questões que têm marcado a produção historiográfica brasileira e portuguesa acerca do tema da transição democrática. Discute-se como os estudos históricos têm lidado com a memória social a respeito da experiência autoritária nos dois países. Em seguida, examinam-se correntes interpretativas que colocam em questão o significado e a profundidade das mudanças desencadeadas na esteira da transição democrática. Não caberá aqui uma intercalação de teses, umas mais *modernas*, em substituição a outras, *arcáticas*, e sim chamar atenção para um debate que, marcado pelos impactos do tempo presente, está longe de se esgotar.

Palavras-chave

Historiografia; Memória; Transição.

Abstract

The objective of this text is to analyze a number of questions that have been important for the Brazilian and Portuguese historiographical production on the theme of the democratic transition. It discusses how the history-studies have been dealing with the social memory related to the authoritarian experience in both countries, and examines different interpretations that question the meaning of the changes that happened as a consequence of the democratic transition. There will be no place for an intercalation of authors, with some *more modern* as a replacement for others, *more ancient* ones; instead, the text draws attention to a debate that, marked by the present time, is still far from exhausted.

Keywords

Historiography; Cultural memory; Transition.

Enviado em: 16/5/2012

Aprovado em: 5/7/2012

Na madrugada do dia 31 de março para 1º de abril de 1964 um golpe de Estado pôs fim à experiência democrática brasileira que se iniciara com a redemocratização de 1945-1946. Também através de um golpe de Estado dez anos depois, a ditadura corporativa portuguesa era derrubada abrindo caminho para o processo revolucionário da Revolução dos Cravos. Semelhanças e diferenças nos dois casos não deixam de ser instigantes. No Brasil e em Portugal, o protagonismo das Forças Armadas. Ainda assim, no primeiro episódio a ação das altas patentes dava início a uma ditadura de quase duas décadas, enquanto que no segundo a conspiração de capitães e maiores, sobretudo, abria caminho para o processo de redemocratização português. Para os historiadores e demais cientistas sociais, a instauração da ditadura brasileira e a transição portuguesa provocaram debates, organizações de congressos e publicações diversas. Como pano de fundo, perspectivas teóricas diversas e a memória das ditaduras e das transições, momento de maior ou menor perspectiva crítica com relação ao comportamento das instituições e da sociedade de um modo geral.

Brasil: entre memórias, atores, pactos e rupturas

Os governos brasileiros, oriundos da transição negociada de fim dos anos 1970 e do começo da década seguinte, têm procurado adotar uma postura discreta em torno das comemorações que partidários do antigo regime, militares e civis, vêm promovendo em torno da chamada *Revolução de 31 de março de 1964*. Daí a adoção de medidas no sentido de retirar qualquer caráter oficial de eventos que fossem realizados no interior de unidades militares ou em clubes ou associações castrenses. Em 2011, o Ministério da Defesa foi mais longe e baixou resolução que retirou a data do calendário oficial das Forças Armadas, o que na prática inviabiliza o uso de espaços oficiais para os que porventura estivessem interessados em rememorar 1964. Em resposta, correligionários do regime anterior realizaram uma série de atos de protesto em espaços públicos e clubes militares em várias cidades do país às vésperas do 31 de março de 2012. No Rio de Janeiro, a comemoração no Clube Militar foi recebida por uma manifestação levada a efeito por militantes de diferentes partidos e entidades de esquerda que, na ocasião, chamaram a atenção da opinião pública para os crimes e a tortura no regime militar, ao mesmo tempo em que propugnaram por medidas de punição aos torturadores e a imediata constituição de uma Comissão da Verdade (GÓES; BRUNO 2012).

Se nos meios políticos e sociais, a memória sobre o março/abril de 1964 está sendo disputada na imprensa, nos *blogs* e nas ruas, sob o olhar preocupado e cauteloso do atual governo, nos meios acadêmicos o que se assiste nas últimas décadas é um crescimento exponencial da produção relativa a 1964 e ao regime militar, dando curso a um fenômeno que o historiador Carlos Fico já registrara em 2004 (FICO 2004, p. 30). Razões não faltam para explicar esse fenômeno que, como se sabe, não diz respeito apenas ao Brasil. Basta uma breve consulta a programas de congressos internacionais que tratam de temáticas contemporâneas para se verificar a presença de um sem número de trabalhos dirigidos para a análise de temas e problemáticas relativas às experiências

dramáticas vividas por indivíduos e grupos de diferentes sociedades sob o jugo de regimes ditoriais.

Na agenda de estudos relativos à ditadura brasileira, um campo que tem sido privilegiado recentemente pelos historiadores é o que examina a transição política e suas implicações para a instauração de uma ordem democrática no país. Em diálogo com a tradição de estudos da ciência política sobre o tema, alguns historiadores têm penetrado nessa seara com vistas a produzir interpretações que busquem situar a experiência brasileira em um tempo mais largo quando comparado aos estudos de conjuntura dos politólogos, sem se descurar da importância do exame de acontecimentos-chave, como, por exemplo, o relativo à aprovação da Lei de Anistia parcial e recíproca no país, em 1979.

Grosso modo, é possível afirmar que há um chão comum nessa leva de estudos de historiadores que tem tido como objeto a transição política brasileira, ainda que suas conclusões não sejam necessariamente as mesmas. Em primeiro lugar, nota-se que há uma certa confluência de objetivos e de tratamento do objeto com uma literatura advinda da própria ciência política. Guy Hermet é um dos principais cientistas políticos que tratam desta temática. Em sua obra é colocada em xeque a maneira pela qual muitos dos chamados *transitólogos* e *consolidólogos* formulam e aplicam suas teorias em torno dos processos de transição na América Latina e na Europa Oriental ex-comunista, tomando por base valores e modelos ocidentais de democracia. Sob essa perspectiva, registra Hermet, as conclusões desses estudos não poderiam ser outras:

126

Assim, a causa [da democracia] da maior parte da América Latina e também da Europa pós-comunista está perdida, sem esperança de melhoria, e, quando muito, suas 'democracias delegativas' são relegadas ao purgatório dos simulacros. Pior ainda, os critérios de homologação utilizados nessa perspectiva finalmente se revelam tão exigentes que, se quiséssemos aplicá-los a todas as democracias, não sobraria mais nenhuma (HERMET 2001).

Para Hermet, interessado em criar instrumentos de análise com vistas a empreender estudos macropolíticos relativos aos processos de democratização, faz-se necessário definir algumas diretrizes, por ele denominadas precauções, no sentido de se buscar uma compreensão mais ampla desses fenômenos. Cabe aqui o registro de duas delas: 1) o alerta para se evitar o uso de *juízos normativos* sobre cada uma das *performances* democráticas do Sul e do Leste; 2) não considerar a América Latina e o Leste

como se fossem entidades isoladas do mundo, como se outras regiões do planeta não tivessem também efetuando suas próprias democratizações no decorrer deste mesmo século XX e como se não pudéssemos delas extraír ensinamentos para o nosso propósito (HERMET 1994, p. 18).

Os recentes estudos produzidos por historiadores sobre o tema da transição política brasileira, ainda que não estabeleçam um diálogo direto com Hermet e mesmo com outras vertentes das ciências sociais francesas que têm

sido importantes no estudo de vários temas da história política daquele país (OFFERLÉ 1993; CANEDO 2005), mostram-se coerentes com as preocupações acima levantadas pelo politólogo francês, uma vez que têm procurado evitar análises de cunho teleológico e finalístico, sejam as voltadas para o exame de *performances democráticas*, sejam as dirigidas para os diferentes atributos do que têm chamado *qualidade democrática*, com óbvia e necessária referência ao modelo ocidental. Por outro lado, pouco têm avançado no tratamento conceitual do uso de noções como *transição política* ou mesmo *transição democrática*, o que faz com que haja uma certa indiferenciação entre essas expressões e mesmo entre *democracia* e *democracia liberal*. Retomaremos este ponto à frente.

Quanto à filiação historiográfica dos trabalhos em tela, cremos que, a título de hipótese, pode-se afirmar que eles vêm sendo alimentados fundamentalmente por três fontes do vasto território dos estudos políticos contemporâneos, a saber: pelo *mainstream* da história política francesa, daí a menção frequente de noções e categorias como *político*, *geração*, *cultura política*, formuladas, revisadas e/ou divulgadas por autores como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jean François Sirinelli, Serge Berstein e outros; pela leva de trabalhos que dirigem seu olhar para a dinâmica das relações entre história, memória e esquecimento; e finalmente, por áreas específicas do campo do direito, as quais têm sido acionadas por diferentes autores no sentido de melhor compreender as bases do nosso sistema judicial, como também permitir um exame mais da chamada *justiça de transição* no país.

Dito isso, podemos agora passar para um rápido exame de algumas obras que bem exemplificam o estado da arte sobre o tema da transição, sob a ótica dos historiadores. Duas vertentes aqui serão examinadas. A primeira delas reúne trabalhos que produzem um olhar sobre o tema e exploram questões como reconstrução de memória, esquecimento, *metamorfose*, permanências e continuidades. Já a segunda, concentra o foco de análise nos processos políticos endógenos e no posicionamento dos diferentes atores que atuaram no *jogo político* da transição, fossem eles militares ou civis.

Construção de memória(s) e os limites da transição brasileira

No campo dos estudos sobre a transição, ou na chamada *transitologia*, uma das questões recorrentes é a que diz respeito ao móvel e ao sentido da mudança, isto é, ao analista cabe apresentar a variável que tenha sido determinante pela passagem de um regime para o outro. As perguntas geralmente seguem o mesmo *script*, a saber: A quem cabe a iniciativa da mudança? Quem determina a transição? Quais são os seus condicionantes?

Outra variável importante é a que se refere ao caráter da transição, ou seja, a maneira pela qual ela foi ou é conduzida – se *por cima*, isto é, pelo governo em alguma espécie de acordo com grupos oposicionistas, a qual costuma ser designada como *transição pactuada* – ou *por colapso*, na qual o regime vem a ser derrubado pelas forças oposicionistas, com maior ou menor envolvimento de setores populares.

No caso específico da transição política brasileira, na qual coube ao próprio regime produzir designações prenhes de sentido no intuito de demarcar o seu papel nesse processo, donde o uso de noções como *distensão* e *abertura*, foi importante para muitos analistas, geralmente cientistas sociais, estabelecer distinções claras entre as medidas de caráter mudancista de origem governamental e as pressões que porventura tivessem origem em demandas da sociedade civil com vistas a conduzir o país para a superação do autoritarismo. Esse foi o caso de Luiz Carlos Bresser Pereira que, com base em proposições de Guilherme O'Donnell e Phillippe Schmitter, registra que, em seu entender, a *abertura* devia ser concebida como “uma estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização.” Já o termo “democratização” é visto como o “processo real de transição do regime autoritário para o regime democrático exigido pela sociedade civil” (PEREIRA 1982, p. 20-21).

Quanto ao caráter da transição política brasileira, há amplo consenso entre os analistas acerca da capacidade que o regime militar reuniu para estabelecer o ritmo e os contornos da mudança que se processou em direção ao governo civil (SOARES; D'ARAUJO; CASTRO 1995). O problema que se colocava para os estudiosos dos anos 1980 e 1990, e que ainda perdura, é exatamente acerca das bases e do alcance desse pacto para a constituição de um regime “realmente democrático” no país.

Como bem nos alerta Carlos Fico, os historiadores ingressaram tarde nos estudos sobre o regime militar, por volta dos anos 1980-1990 (FICO 2004, p. 20-21). E mais tarde ainda, diríamos nós, na seara dos que têm como objeto a democratização brasileira do último quartel do século passado e do começo deste. Uma vez mais, nossos colegas das ciências sociais estão a abrir picadas que, depois, mais seguros, trilhamos com as questões típicas do campo historiográfico.

Em 2000, Daniel Aarão Reis publicou um livro no qual toma como objeto as esquerdas brasileiras em sua relação com a ditadura e com a sociedade brasileira. Nele, o autor assesta suas baterias para vários alvos: a soberba e os equívocos das esquerdas revolucionárias em seu projeto de assalto ao poder; às análises que se mostram incapazes de perceber o processo de modernização empreendido pelo regime militar, ainda visto como *arcaico*; e ainda, aos que só conseguem enxergar os anos 1970 pelas lentes dos *anos de chumbo*. Diz o autor:

Eles [anos 1970] precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam (REIS 2000, p. 61).

No que concerne à transição, Reis examina o fenômeno em uma dupla dimensão e é exatamente isso que aqui mais nos interessa. No plano propriamente político-institucional, o autor comprehende o “processo de liberalização” empreendido pelo regime como uma *retirada*, “a operação militar mais delicada; qualquer descuido, vira debandada”. Diante da resistência das direitas e das

esquerdas mais radicais, e do fortalecimento político das oposições moderadas, o presidente Geisel, aos “cachações”, conduziu a distensão por meio de variados instrumentos – da dura repressão aos partidos comunistas; da neutralização do golpismo militar pela demissão do seu ministro do Exército; pelo uso do AI-5 para fechar o Congresso Nacional e fazer aprovar medidas no sentido de assegurar o controle do Colégio Eleitoral; e, finalmente, pelo fim do AI-5, em dezembro de 1978. Para o autor, a medida fez com que o país ingressasse no Estado de Direito – porta de entrada para a democracia.

No plano simbólico, todo esse processo veio acompanhado de importantes deslocamentos de sentido. A memória do regime militar começava a ser reconstruída, seja pela iniciativa dos correligionários do regime, seja pela dos seus opositores. Um desses deslocamentos, registra o autor, deu-se no sentido de reposicionar as esquerdas revolucionárias para o interior do campo democrático, isto é, colocá-las como linha de frente, como “braço armado” de uma ampla coalizão política que teria tido como objetivo combater a ditadura com vistas a estabelecer um regime democrático no país. Dessa forma, sublinha Reis, “apagou-se a perspectiva ofensiva que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos” (REIS 2000, p. 70).

O segundo deslocamento, este promovido pelos partidários da ditadura, foi no sentido de produzir um discurso de que teria havido no Brasil não um mero conflito político, mas uma “guerra revolucionária” entre as forças oficiais e os guerrilheiros de esquerda. Nesse caso, a anistia, para ser efetiva e reconciliar o país, deveria ser recíproca, de forma a beneficiar também os agentes do Estado que haviam se envolvido nessa guerra de alguma forma. Com isso, foram introduzidos mecanismos na lei que “garantiram a figura da *anistia recíproca*, em que torturadores foram anistiados com os torturados” (REIS 2000, p. 70).

Finalmente, Reis aponta para um fenômeno mais geral: em meio ao recuo do governo e à maré democrática do fim dos anos 1970, a sociedade brasileira *metamorfoseada* rompe as pontes com o regime. Ou melhor, não há mais partidários do regime e a ditadura transforma-se em corpo estranho:

Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 1970, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo de abertura lenta, segura e gradual. [...] A sociedade brasileira não só resistiu à ditadura, mas a venceu. Difícil imaginar poção melhor para revigorar a autoestima (REIS 2000, p. 71).

Em 2004, em meio aos eventos relativos aos 1940 do golpe de 1964, Reis não apenas manteve como avançou nesse conjunto de proposições que não visa apenas a examinar a trajetória das esquerdas revolucionárias durante o regime militar, objeto tradicional de seus trabalhos, ou mesmo discutir os problemas de algumas análises que não conseguiram dar conta das mudanças por que passara o país em pleno regime militar. Cremos que seus textos, antes de tudo, vão no sentido de chamar a atenção para a importância desse processo de deslocamento semântico que se expressou em um pacto político selado nos estertores da

ditadura, que teria envolvido o poder, diferentes forças políticas oposicionistas, inclusive de esquerda, e amplos setores da sociedade brasileira. Em outras palavras, em nossa opinião, o que o autor sugere é o desenvolvimento de uma nova agenda de pesquisa que, ao interpretar e interpelar esses deslocamentos de sentido, crie condições para a produção de estudos que tenham como eixo o reexame das complexas relações da sociedade brasileira com o regime militar. Talvez não fosse exagero dizer que o repto de Reis tem encontrado ressonância na historiografia sobre o regime militar e, em particular, sobre a transição política. Basta ver, por exemplo, a importante coleção lançada recentemente em torno do tema da construção social dos regimes autoritários, organizado pelas historiadoras Denise Rolleberg e Samanta Quadrat (2010), assim como o crescente avanço de estudos acerca da temática da anistia no país.

Na década de 2000, a historiografia sobre o regime militar – e consequentemente sobre a transição política – ganhou fôlego e avança a olhos vistos, acompanhando *pari passu* o debate público que há bastante tempo vem sendo travado em torno da revisão da Lei da Anistia no país. Nesse contexto foram publicadas algumas obras que têm produzido um juízo bastante crítico acerca da maneira pela qual foi conduzido o processo de transição e o consequente estabelecimento de um regime em bases democráticas no país. Como exemplo, cabe mencionar duas delas cujos títulos são autoexplicativos: *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, organizada por Cecília MacDowell dos Santos, Edson Telles e Janaína Telles e publicada em 2009, e *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizada por Edson Telles e Vladimir Safatle e publicada no ano seguinte (SANTOS; TELLES; TELLES 2009; TELLES; SAFATLE 2010).¹

Com o fito de situar algumas linhas de força dessa produção, ainda que de forma breve e talvez mesmo esquemática, fiquemos aqui com dois textos que foram publicados no volume II da obra *Desarquivando a ditadura* e que estão reunidos com outros trabalhos sob o título “Imaginando a democracia com uma memória livre”. São eles: “A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade” de Zilda Iokoi e “Anistia anamnese vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia” de Heloísa Greco.

Comecemos por Zilda Iokoi. A autora põe em questão a maneira pela qual a categoria *transição* tem sido convencionalmente aplicada no Brasil. Em diferentes vertentes teóricas, registra Iokoi, *transição* é uma categoria teórico-analítica que “implica a decodificação entre os objetivos a serem alcançados por diferentes lutas sociais e as reais conquistas obtidas ao longo do processo histórico” (IOKOI 2009, p. 501). Já no Brasil, afirma, seu uso convencionalmente diz respeito a processos em que o “velho contemporiza com o novo para abrir mão das radicalidades necessárias aos tempos revolucionárias.” Ou seja, trata-se da “*transição metaforizada*, indicativa de retóricas da modernização sem mudança.” E assevera:

Ao projetar os conflitos dessa maneira, os analistas formulam os termos e atribuem a si a definição da história como um caminho único, um tempo sem intervalos, rupturas [...]. A prudência aparece como valor a ser

¹ Cf.: resenha sobre primeira obra em FREIRE 2011.

perseguido, indicando para muitos a esperteza das negociações, sempre pelo alto, afastando as *démarches* populares do campo das decisões e acordos que levam à sua manutenção (IOKOI 2009, p. 501-502).

Iokoi afirma:

Essas reservas impulsionam um freio prévio e um temor em relação à explicitação dos conflitos [...], impondo uma cultura do medo e a reafirmação dos traumas recalcados na longa tradição colonial (IOKOI 2009, p. 501-502).

Definido o seu quadro analítico, a autora discorre sobre diferentes momentos do processo político brasileiro que foram marcados pelo amortecimento dos conflitos por meio de mecanismos de conciliação/*transição*. Quanto ao tempo da *transição* do autoritarismo para a democracia, Iokoi é categórica:

O reencontro do caminho democrático que só começou com a anistia, alcançada em 1979, mostra os impasses, limites e ambiguidades ainda em aberto na democracia brasileira. Eles são fruto da cultura política que forjou nos brasileiros a acomodação dentro da ordem e ao mesmo tempo a perseverança em prosseguir nos combates em momentos de maior acumulação de forças (IOKOI 2009, p. 521).

O tema da *transição*, assim conceituado pela autora, pouco diz respeito a mudanças de fundo na sociedade brasileira. Ainda subsiste, segundo ela, em sociedades fundadas em democracias tímidas, descontínuas, de *baixa intensidade*, como nos termos de Boaventura Santos. Nesses casos, são fenômenos parciais, não verdadeiros, em que não há quebra de paradigmas. Dessa forma, conclui:

aos soluções produzimos momentos de grande rebeldia, seguidos por longos intervalos de silêncio negociados com o poder constituído. [...] Assim, o tema da transição tem indicado mais o perigo de retorno a termos sombrios, do que de avanço do poder popular e da autonomização dos sujeitos livres (IOKOI 2009, p. 522).

Em seu texto, Heloísa Greco também registra questões relativas ao caráter inconcluso e conservador da transição brasileira. Nele, a autora examina a luta política de significados que foi e tem sido empreendida no interior da sociedade brasileira em torno da questão da anistia, desde meados da década de 1970, e toma como ponto de partida um severo diagnóstico acerca da maneira pela qual amplas parcelas da historiografia têm lidado com o tema da anistia. Diz ela:

[a anistia] é abordada apenas tangencialmente e quase exclusivamente na perspectiva do *instituído*, enfoque de recorte nitidamente conservador: o que prevalece é o jogo parlamentar, quase como se não tivesse havido sujeitos – logo, ação – fora do espaço institucional, o que contrasta de maneira gritante com a evocação dos que participaram diretamente do *acontecimento* (GRECO 2009, p. 524-525, grifos no original).

Ao colocar o problema sob esse prisma – e não sob a perspectiva da sociedade civil organizada em entidades como os Comitês Brasileiro de Anistia, entre outras –, a produção acadêmica termina por capitular frente à produção memorial da ditadura em torno da lei de anistia, que, antes de tudo, deveria ser – e, portanto, passava a ser – sinônimo de *esquecimento, conciliação, consenso*. Diz a autora:

Seu dispositivo operacional [da Lei da Anistia] é a produção do silêncio a partir da lógica do *generoso consenso*, cujo núcleo é a tríplice equação *controle/compromisso/concessão*, articulada a partir da institucionalização do grande repertório dos meios de coerção levado a cabo pelo projeto de *normalização defeituosa* do regime, o mesmo que forjou a longa transição ainda em andamento (GRECO 2009, p. 528, grifos no original).

Greco discorre sobre os diversos e diferentes fatores que estiveram na base e ainda contribuem para a consolidação da *estratégia do esquecimento* no país. Ela registra, entre outros, “a diluição da memória coletiva dos eventos da repressão”; o papel ativo e passivo da sociedade em não procurar reverter esse quadro; o papel central dos grandes jornais na disseminação dessa estratégia junto à opinião pública; além do processo de “estranha metamorfose das esquerdas” em direção a um feitiço de atuação “equilibrada”, moderada e baseada no trabalho institucional. O campo das esquerdas, segundo a autora, “por excelência, passa a ser o espaço do *instituído* em detrimento do *instituinte*; a sua interlocução passa a ser feita pelo poder” (GRECO 2009, p. 530-531, grifos no original).

132

Por fim, Greco não deixa também de assinalar as ambiguidades dos últimos governos ao lidar com questões que colocam à prova essa *estratégia de esquecimento*. A autora coloca em questão o alcance das políticas de reparação de cunho fundamentalmente administrativo a respeito dos atingidos pelos atos de exceção; denuncia as dificuldades em torno do acesso dos arquivos da ditadura; e alerta para o que chama de o nó górdio da Lei de Anistia: “a instituição tortura, a questão dos mortos e desaparecidos e a mal chamada reciprocidade” (GRECO 2009, p. 536).

A transição brasileira: agentes políticos e aberturas

Mudemos um pouco o vocabulário e a abordagem e passemos nesta seção a colocar o foco no *jogo político* da transição. Os temas agora são: os contextos internacional e nacional; as principais personagens; a lógica político-institucional, muito importante naquela quadra; as estratégias e as interações político-sociais. Para lidar com tudo isso, tomemos por base um dos melhores estudos da lavra de historiadores sobre o tema em tela: “Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985”, de Francisco Carlos Teixeira da Silva (SILVA 2003, p. 243-282).

Publicado em um volume da coleção *Brasil Republicano* e voltado para um público amplo, Teixeira da Silva apresenta um estudo de síntese acerca da maneira pela qual se processou o processo de *abertura política* no país. Para tal,

toma como ponto de partida algumas das questões acima levantadas por Greco: a necessidade de se interpelar as *estratégias de esquecimento*; a importância de se assegurar a multiplicidade dos lugares de fala dos diferentes atores presentes naquele contexto; a necessidade do engajamento na preservação e no acesso aos arquivos do regime militar (SILVA 2003, p. 245-246). Feito o alerta, o autor opta por concentrar sua análise em um período histórico determinado – entre os governos Geisel e Figueiredo –, sem avançar em análises ou diagnósticos acerca do impacto da transição para o processo de democratização brasileiro. Nesse caso, como se poderá perceber, se distingue sobremaneira dos textos das autoras acima sumariados.

Para o autor, os principais atores que compuseram o jogo político da transição foram:

a pressão externa e os condicionantes da economia mundial, na qual o Brasil já se inseria de forma determinante e definitiva; *os militares e seus condicionantes institucionais*, compreendidos como a corporação e seus organismos e, por fim, a oposição, representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente (SILVA 2003, p. 249, grifos no original).

Fiquemos aqui tão somente com o núcleo geral dos seus argumentos, registrando alguns aspectos nos quais as proposições do autor podem inspirar novas linhas de investigação.

Quanto aos atores e condicionantes internacionais, Teixeira da Silva menciona, em primeiro lugar, a importância da nova política externa adotada pelo governo do presidente norte-americano Jimmy Carter no sentido de não mais avalizar a permanência de ditaduras militares na América Latina, ajudando a encerrar o longo período autoritário na região. O autor, ao mesmo tempo, registra que:

o *turning-point* da política americana não explica, isoladamente, as diversas aberturas latino-americanas a partir do início da década de 1980, como da mesma forma não é o único *ator externo* no processo de abertura brasileiro. Na verdade, o continente fora fortemente batido pela crise e a recessão da economia mundial, os chamados *condicionantes externos* (SILVA 2003, p. 252, grifos no original).

A esse respeito em particular, Teixeira da Silva propõe um tipo de abordagem que destoa bastante das análises que costumam estabelecer conexões diretas entre a crise de petróleo, seu imediato impacto no Brasil e o deflagrar da abertura política levado a cabo pelo presidente Geisel. Segundo o autor, essa relação de causa e efeito deve ser examinada com cuidado:

Em fins de 1973, quando se consolida a *opção Geisel* de sucessão a Médici [...], a crise [econômica] não é um dado presente, e o Brasil apresenta índices de crescimento superiores a 10% ao ano. Na verdade o cenário econômico otimista [...] tenderia a facilitar a transição (SILVA 2003, p. 254, grifos no original).

E conclui: "A crise econômica irá, sem dúvida, condicionar o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar" (SILVA 2003, p. 254).

Já no plano do estudo dos atores internos, o autor inicialmente concentra o foco de análise nos militares e busca desenvolver a hipótese, ainda insuficientemente explorada pela historiografia, da ocorrência de vários ensaios de reconstitucionalização do regime, tentados pelo poder militar e, em seguida, malogrados (SILVA 2003, p. 256). Na verdade, segundo o autor, a abertura de Geisel/Figueiredo fora precedida de duas outras: a dos tempos de Castelo Branco, abortada quando da ascensão de Costa e Silva e da *linha dura*; e a do fim dos anos Médici, quando o regime estava forte e a economia a pleno vapor. Na versão de um líder militar, Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército do governo Sarney, a abertura não foi feita naquela ocasião por causa "das guerrilhas, assaltos a banco, greves. Isso atrasou a abertura" (SILVA 2003, p. 259).

Sobre a *terceira abertura*, Teixeira da Silva desvia-se de abordagens que ora buscam explicar a dinâmica da transição por obra e graça do poder, ora pela pressão desencadeada pelos movimentos sociais sobre os poderes constituídos, e propõe a seguinte periodização. Uma primeira fase de abertura controlada cuja iniciativa e primazia coube aos governos militares e que teria se estendido dos anos Geisel até o início da década de 1980, mais particularmente até o atentado do Riocentro (1981) e a doença do presidente Figueiredo (1983). A

134 partir daí abre-se uma nova fase do processo de abertura na qual a iniciativa "passaria das mãos do poder militar para a sociedade civil, ensejando as grandes mobilizações de massa para a campanha das *Diretas Já!* ou da eleição de Tancredo Neves, com o governo perdendo a iniciativa das reformas" (SILVA 2003, p. 265).

Sobre a primeira fase da abertura, Teixeira da Silva fecha o foco de análise no governo do presidente Geisel com vistas a acompanhar a maneira pela qual o "ditador da abertura" conduziu seu projeto de distensão. Para isso, o autor vale-se bastante de fontes orais, em particular da entrevista que o próprio Geisel concedeu a pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Em seguida, avança pelos anos do general Figueiredo, assinalando o duplo propósito do governo da decretação da Lei de Anistia de 1979: assegurar que não haveria qualquer ameaça de revanchismo no futuro e retirar da oposição sua bandeira de mobilização popular. Para o autor, coube à direita militar e não às esquerdas, "o maior contundente ataque à autoridade do general Figueiredo". Aqui, Teixeira da Silva refere-se aos atentados terroristas que marcaram a vida política brasileira entre 1979 e 1981 e que pouco têm sido estudados pela historiografia.

Para lidar com a fase final da abertura, o autor abre o objeto de análise com vistas a melhor situar o processo brasileiro naquela quadra internacional marcada por transições políticas. Com base nos estudos de Guilhermo O'Donnell, Teixeira da Silva busca distinguir o caso brasileiro entre a *transição por colapso* e a *transição pactuada*. Segundo o autor, "o primeiro caso ocorreu na Grécia,

Argentina e Bolívia. O segundo tipo, de *transição acordada ou pactuada*, deu-se na Espanha, Chile e Brasil" (SILVA 2003, p. 273).²

O autor situa os termos dessa *transição acordada* da seguinte maneira. De um lado, um governo e um regime esgotados e acossados por crescentes manifestações de massa que exigiam o fim da ditadura. De outro, o conjunto das oposições ganhando iniciativa e fôlego para começar a agendar o ritmo e a natureza da transição. Com a derrota da campanha das *Diretas Já* e a afirmação da candidatura de Tancredo Neves, o caminho estava aberto para o fechamento de um acordo que configurasse a entrega do poder aos civis. Diz o autor:

É nesse momento, diante do vazio de ação, com o presidente fechado no Planalto e sem iniciativas, que os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura. Não era mais a abertura de Geisel e Golbery, mas a abertura dirigida por um colegiado de cardeais, com anos de política, de vários partidos: Sarney, Tancredo, Aureliano, Franco Montoro, Brizola, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães, entre outros, se unem para evitar retrocessos e rupturas (SILVA 2003, p. 275).

Portugal: entre a Alvorada e o Crepúsculo

O golpe de Estado de 25 de abril de 1974 derrubou uma das ditaduras mais duradouras da história do Ocidente. Iniciada em 28 de março de 1926 como regime militar, sua longa durabilidade acompanhada do relativo atraso econômico e cultural português fizeram com que a queda do Estado Novo, já sob o consulado de Marcello Caetano, provocasse tanto surpresa quanto curiosidade na opinião pública internacional. Segundo Fernando Rosas, é indiscutível o susto causado pela Revolução dos Cravos nas chancelarias e na administração americana. Neste último caso, parece que a "antena da CIA em Lisboa estaria desativada" (ROSAS 2004a, p. 129-130). A seguir ao golpe, logo surgiram análises, ora acerca da natureza da ditadura derrubada ora acerca do processo revolucionário e do regime democrático que veio a seguir. Os primeiros estudos tenderam a compreender a transição portuguesa como um fenômeno ligado às demais transições do sul da Europa, de Espanha e de Grécia (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD 1988; SCHMITTER 1999). Importantes estudiosos portugueses, em trabalhos subsequentes, continuam a perceber a redemocratização como parte integrante da "vaga democrática" de meados da década de 1970 (PINTO; TEIXEIRA 2005).

Sem descaracterizar estas interpretações "transnacionais", seguramente importantes, procuraremos nos ater às análises que pensam a transição portuguesa a partir de suas características endógenas, internas à política portuguesa do final da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte. Discutiremos, igualmente, as interpretações acerca do legado da Revolução dos Cravos no Portugal contemporâneo.

Grosso modo, dois modelos de análise estão presentes nos textos que aqui utilizaremos. O primeiro modelo privilegia a análise da gestão de Marcello Caetano e dos limites e potenciais da modernização por ele implementada nos cinco anos e meio em que esteve à frente do Executivo português. Neste sentido

135

² A análise do autor é baseada em LINZ; STEPAN 1999.

os enfoques incidem sobre a correlação de forças do marcelismo, o peso dos conservadores e dos reformistas, bem como o comportamento de Caetano frente a cada um dos lados. O segundo modelo procura fazer uma análise da historiografia da transição, do peso maior ou menor da Revolução e de suas consequências para o processo constitucional. O papel mais ou menos peculiar do marcelismo e o sentido da revolução a seguir ao 25 de Abril são temas tanto mais controversos quanto menos estudados. Daí a nossa escolha.

A modernização marcelista: limites e possibilidades

É relativamente consensual entre os historiadores que o consulado de Marcello Caetano viveu uma “experiência de modernidade”, para utilizarmos a expressão de Marshall Berman (BERMAN 1986). Seu significado, entretanto, variou. Enquanto alguns tenderam a ver o marcelismo como um processo de transição *falhado* ou *bloqueado* outros, em sentido inverso apontaram para a inexistência de qualquer intenção liberalizante ou mesmo reformadora.

Sobre o tema, Fernando Rosas alerta para dois perigos recorrentes na historiografia do último governo do Estado Novo. Em primeiro lugar a tendência em ver o marcelismo exclusivamente a partir de seu colapso, desconsiderando as nuances ou os anúncios de alteração de rumo do início do governo Marcello Caetano. Em segundo lugar a tentação em ver o marcelismo a partir do currículo de Caetano e de seu histórico de permanente compromisso, ainda que crítico com o Estado Novo.

136

No primeiro caso, este tipo de abordagem desconsidera que o marcelismo está para além da conjuntura de 1968-1974. Foi, na verdade, um “partido informal”, constituído lenta e continuamente, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1940. Ao mesmo tempo em que aspiravam chegar ao poder legalmente, por dentro das instituições da ditadura, apontavam para um projeto modernizante e tecnocrático, de reformas que ultrapassavam a mera continuidade com relação a Salazar. Mesmo a seguir à saída de Marcello Caetano do governo em 1958 e sua “travessia no deserto” por dez anos, os marcelistas estiveram presentes com destaque no regime, particularmente em seu último ministério, o que teria influenciado decisivamente a nomeação de Caetano quando da impossibilidade física do velho ditador. A questão que se coloca, segundo Rosas é: por qual motivo as tímidas reformas anunciadas em 1968-1969 não tiveram continuidade e foram bloqueadas? Deste modo, a seu ver, havia uma intenção reformista que não chegou às suas últimas consequências (ROSAS 2004b, p. 10-12).

No segundo caso, as condições de ideólogo e quadro do regime não devem, para Rosas, ser entendidas como impedimento para alguma descontinuidade. Claro está que Marcello Caetano nunca foi um democrata. Ainda assim, em vários episódios de sua vida demarcou-se de Salazar, mesmo que lhe rendendo fidelidade. E demarcou-se principalmente em uma concepção mais “moderna” de organização do Estado e da sociedade. Era, em outras palavras, mais urbano que seu antecessor. Lembra ainda Rosas que personagens como Adolfo Suárez, ex-chefe do partido único franquista, ou Mihail Gorbachov, ex-chefe da KGB,

foram personagens de transições cujos currículos em nada apontavam para uma descompressão das ditaduras espanhola e soviética, respectivamente (ROSAS 2004b, p. 12-13).

Com esta perspectiva não concorda Luis Reis Torgal. Em artigo sobre o marcelismo e o Estado Novo, indaga a respeito da correção de utilizarmos o sufixo *ismo* para a caracterização do consulado de Marcello Caetano. Afinal de contas, ele significaria uma ação ou uma forma de agir e pensar original em comparação ao passado. Afirma que mantém o emprego do “marcelismo” pois, ainda que discutível o seu emprego, “alguma coisa de diferente aconteceu” e, ao mesmo tempo, ele se tornou tão corrente que torna-se difícil conter o seu emprego (TORGAL 2009, p. 615-616).

Para a análise do que foi o período Marcello Caetano, no entanto, Torgal diverge de Rosas em dois aspectos importantes. O primeiro é que para ele as interpretações historiográficas que tenderam ver nos anos 1968-1974 alguma tentativa de transição liberalizante esquecem o passado de Marcello Caetano, abdicam de uma “perspectiva mais alargada” do último presidente do Conselho, a seu ver “fundamental para entender o marcelismo”. Por este motivo procura destacar a origem integralista de Marcello Caetano desde a sua participação – aos vinte anos de idade! – na revista *Ordem nova*, seu papel como ideólogo do corporativismo e seu entusiasmo quanto ao papel da Mocidade Portuguesa (MP) na formação de uma elite, de novos dirigentes, responsável pela afirmação do “espírito heroico contra o espírito burguês”, como súmula de todos os princípios da “revolução”, entre os quais destacamos a “unidade nacional contra o espírito de partido ou de classe” e “a disciplina e a lealdade ao Chefe contra a desordem de um Estado acéfalo e de mil opiniões diversas” (ROSAS 2004b, p. 633-661).

Estes valores manter-se-iam quando de sua governação. Em nada tentara mudar de fato, a não ser do ponto de vista “cosmético”, qual seja, as alterações de nome da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) para Direção Geral de Segurança (DGS) sem qualquer abrandamento do aparato repressivo. Ou ainda a também mudança de nome da União Nacional para Ação Nacional Popular, entendida como uma “organização antipartidária” (ROSAS 2004b, p. 671-673). Aliás, no que concerne à questão da organização do Estado, Torgal ressalta a recusa de Marcello Caetano ao sufrágio universal, que subordina a sociedade ao indivíduo. Desta forma, a *Revolução Corporativa* era o projeto de organização institucional que o Estado Novo deveria realizar de fato e radicalmente (ROSAS 2004b, p. 649-654).

Do ponto de vista da ação governativa, Torgal lembra as medidas “espetaculares” como os retornos a Portugal do bispo do Porto e de Mário Soares (ROSAS 2004b, p. 621), o que não impediu, por exemplo, a repressão da DGS à vigília pela paz realizada por católicos progressistas na Capela do Rato, em Lisboa, em dezembro de 1972 (ROSAS 2004b, p. 623-624). Por fim, para Torgal, a entrada dos liberais na Assembleia Nacional não teve em nada o intuito de criar “condições favoráveis ao debate político” (ROSAS 2004b, p. 621). Daí a frustração de seus membros e a rápida migração destes para o campo oposicionista. É certo que Marcello Caetano sofreu a oposição tanto da

esquerda como da ultradireita, de modo que a imagem de “liberal” não foi inventada após sua queda ou nos anos a seguir ao 25 de Abril. Ela já existia e causava incômodo em setores mais conservadores e tradicionalistas do regime (MARCHI 2009). Esta situação teria provocado um rápido isolamento de Marcello Caetano, cercado que estava pelos dois lados diametralmente opostos do campo ideológico. Na feliz expressão de Reis Torgal, não estava “orgulhosamente só”, como antes pronunciara Salazar, mas “tristemente só” (TORGAL 2009, p. 624). Esta condição, entretanto, não altera o fato de que inexistia, da parte do último presidente do Conselho qualquer vontade de implementar uma transição, daí a seu ver o título infeliz do livro de Fernando Rosas e Pedro Ayres de Oliveira, *A transição falhada*. Não foi em nada falhada, pois sequer havia projeto de transição (ROSAS 2004b, p. 617). Assim, o marcelismo não passou, para Torgal, de um Estado Novo sem Salazar. Deste modo, o anúncio da “renovação na continuidade” feito por Marcello Caetano em seu discurso de posse, foi na prática mais “continuidade” do que “renovação” (ROSAS 2004b, p. 673).

A nosso ver, a questão da continuidade/descontinuidade durante o período marcelista deve ser vista a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, devemos analisar em que medida a governação de Marcello Caetano foi vista pelos historiadores como um momento de alteração de rumo do ponto de vista das estruturas econômicas e sociais vigentes até então. Em segundo lugar, na medida em que seu governo se constituía a partir de um legado autoritário, as interpretações acerca do papel de Caetano em favor de reformas liberais merecem análise.

138

Quanto ao primeiro aspecto parece não haver dúvidas de que existia um empenho de fato no sentido de reformas modernizantes. As mudanças econômicas, mesmo que contraditórias, foram reais. David Corkill defende a tese de que ainda que não tenha sido a razão principal, o desempenho da economia portuguesa foi também um fator contribuinte na queda do Estado Novo. Para este historiador, o rápido desenvolvimento econômico iniciado na década de 1960 (início da “abertura à Europa”) registrou taxas de crescimento próximas dos 8% ao ano. A despeito de uma historiografia que no imediato pós-25 de Abril exagerava nas tintas a respeito do atraso econômico, a adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) em 1960, os investimentos em infraestrutura nas áreas de energia e eletrificação e, por fim, a ainda que limitada abertura ao capital estrangeiro, teriam sido responsáveis por sensíveis alterações no quadro econômico português. A seguir à saída da Inglaterra da AELC, Portugal tratou de imediatamente estabelecer uma parceria com a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Ao mesmo tempo, é fato que o legado de uma longa ditadura com um modelo de gestão econômico profundamente autárquico nunca foi de todo superado. Ao mesmo tempo, a crise do petróleo de 1973 foi capital para um país que, em nome dos investimentos na industrialização, dependia crescentemente do produto. Soma-se a isso a permanência de uma mão de obra desqualificada, uma agricultura atrasada e pouco produtiva e um mercado colonial nada exigente (CORKILL 2004, p. 213-232). A despeito desses problemas tradicionais, as consequências da crise dos anos 1970 foram inerentes a um país “em processo de modernização”. Exatamente o contrário da crise de

1929 e de seus impactos em Portugal, não somente retardados como também profundamente acanhados (MARTINHO 2009, p. 305-330; ROSAS 2000). Este Portugal dos anos 1930 mantinha-se presente quarenta anos depois. Ao mesmo tempo, um país mais integrado no sistema econômico mundial necessariamente sofria consequências mais diretas de suas eventuais crises. Seria então um país dual? Este é um tema que merece investigações futuras e que ainda não foi devidamente debatido pelos historiadores. De qualquer modo o regime ainda não se encontrava disposto a abrir mão do modelo autárquico e corporativo. A modernização emperrada evidenciava o contraste entre segmentos que, mantenedores da ditadura, demonstravam descompasso quanto à forma de geri-la (CORKILL 2004, p. 231).

Um outro aspecto que merece destaque no sentido de evidenciar o esforço de Caetano em favor da modernização portuguesa é a política educacional e as reformas implantadas pelo ministro da Educação José Veiga Simão. Ainda que as alterações no campo educativo tenham incidido também sobre os ensinos básico e liceal, a maioria dos estudiosos aponta sobretudo para as alterações ocorridas no ensino superior a marca de maior importância na gerência de Veiga Simão. O novo ministro utilizava-se de um discurso que fazia corar os segmentos mais conservadores. Apontava para a necessidade de uma universidade crítica onde podiam conviver pacificamente “professores e estudantes das mais diversas formações ideológicas”. Ao mesmo tempo, Simão defendia uma reforma na carreira docente que, por exemplo, contemplasse o reconhecimento do grau de doutor obtido em universidades estrangeiras (PROENÇA 2004, p. 243). O processo de europeização, portanto, ia para além da gestão econômica. De acordo com Cândida Proença, a perspectiva de Veiga Simão era parte integrante dos discursos originários do liberalismo, quando a implantação de um sistema nacional de ensino era determinante para a “participação consciente na vida pública”, necessária a todos os cidadãos. Este discurso, originário da geração de 1870, teria perdido sua continuidade com a ditadura inaugurada em 1926, sobretudo a partir da ascensão de Oliveira Salazar ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros (PROENÇA 2004, p. 258-259). Neste caso, percebemos uma alteração no campo dos valores *por dentro* do próprio regime, na medida em que um ministro de Estado era porta-voz de um discurso que havia sido em parte a razão do golpe militar que derrubara o regime republicano de 1910-1926. No entanto, tratava-se de um discurso em nada unânime, razão de seu bloqueio no campo político. É curioso, pois, que parte de seu projeto voluntarioso e otimista tenha sido levado à prática apenas quando da democratização pós 25 de Abril (PROENÇA 2004, p. 260). Em termos práticos, as medidas objetivadas por Veiga Simão e realizadas *a posteriori* eram, entre outras: institucionalização da carreira de investigação científica ligada à carreira docente; fomento e intercâmbio científico com centros estrangeiros de renome internacional; preenchimento das vagas de professores até então ociosas, etc (PROENÇA 2004, p. 248-249).

A despeito das objeções de Torgal parece, pois, que uma experiência de modernidade durante a governação de Marcello Caetano, mesmo *blockeada*, foi percebida pela maioria dos historiadores portugueses. Apontam para uma

proximidade maior frente à Europa, uma política de quebra – ou de flexibilização – do modelo autárquico estatista e as reformas do ensino protagonizadas por seu ministro da Educação Nacional.

A transição política portuguesa, vista a partir dos eventuais esforços modernizantes de Marcello Caetano é entendida, pois, pela historiografia de forma ambivalente. Por um lado, é reconhecido um certo empenho no sentido de alteração do atraso estrutural do país. Alteração esta que veio acompanhada inclusive, como no caso de seu ministro da Educação, de algum discurso democratizante ou ao menos *participativo* da sociedade. Mas a tensão modernizadora do regime a partir do final da década de 1960 não é necessariamente democrática, haja vista a existência de inúmeras correntes, ainda que modernizadoras, em nada comprometidas com a democracia. Em outras palavras, ser *moderno* não significa ser democrático.³ Por outro lado, permanece a indagação acerca das reais intenções democratizantes de Marcello Caetano. Já sabemos que a história é pródiga em exemplos de reformistas com passado autoritário e de autoritários com passado reformista. Caetano foi responsável pelo retorno ao país de importantes opositores do regime então exilados. Aproximou-se, ainda que com reservas, da Europa ocidental. No entanto é fato também que foi responsável pelo bloqueio de qualquer possibilidade pluralista ou democrática. E que a incorporação de *modernos* junto aos quadros do regime não objetivava mais que a intenção de controlá-los. Quem sabe, então, não é exatamente esta ambivalência a chave para o entendimento do marcelismo?

140

A historiografia da transição: qual Revolução?

Se a transição portuguesa, vista a partir do consulado de Marcello Caetano é ambígua do ponto de vista das análises historiográficas e, não menos complexas são as interpretações acerca do caráter do 25 de Abril e de seus desdobramentos e consequências para o Portugal contemporâneo. Os problemas interpretativos têm início no próprio conceito de Revolução. Afinal de contas, conforme lembra Maria Manuela Cruzeiro, o termo *revolução*, entendido como *ruptura* ou de *marco zero*, data apenas do final do século XVIII, inaugurado pela Revolução Francesa. Até então, *revolução* era entendida como um percurso circular, de permanente retorno, de “regresso ao ponto de partida”. E os movimentos políticos e/ou sociais marcados pela ação violenta recebiam o nome de revolta, rebelião, agitação ou guerra civil. Nos dois últimos séculos movimentos de matrizes e origens diversas foram entendidos como *Revolução*. Trata-se, pois, de uma polissemia que merece atenção por parte dos estudiosos (CRUZEIRO 2011, p. 97-99). Outro problema, ainda de caráter metodológico, levantado por Rui Martins, encontra-se na concepção de *transição* que deve ser entendida a seu ver (e remetendo a Reinhart Koselleck), como um momento histórico marcado pela simultaneidade de histórias, ritmos e valores diversos (MARTINS 2011, p. 19). Martins afirma ainda que esta simultaneidade não se extingue completamente a partir do momento em que a transição é concluída. Daí as

³ Sobre a relação modernidade/autoritarismo, ver: SILVA 1993.

dificuldades e os problemas teóricos para o estabelecimento de um *tempo novo* (MARTINS 2011, p. 21-22).

Ainda assim, alguns historiadores insistem na demarcação. É o caso, por exemplo, da já citada Maria Manuela Cruzeiro. Sua análise começa por criticar os modelos analíticos de Hanna Arendt e de François Furet acerca da ideia de revolução. Tanto a filósofa alemã quanto o historiador francês seriam responsáveis por um tipo de revisionismo histórico que vê na Revolução Francesa um modelo inaugural dos males que conduziram tanto ao terror de 1793-1794 quanto ao Gulag soviético (CRUZEIRO 2011, p. 111-112). Esta literatura e os valores nela contidos teria chegado a Portugal. Cruzeiro cita o recente trabalho de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal* (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO 2010). Critica a concepção presente no referido livro de que a Revolução portuguesa nada mais fora que um desimportante sobressalto, “um desvio de rota a tempo corrigido”. A democracia viria, pois naturalmente, sem o risco de implantação de uma outra ditadura. A seu ver, no lugar de Michellet, Rui Ramos (o responsável pela análise do Portugal contemporâneo no livro), seria o Tocqueville português na medida em que o discurso da ruptura não passaria de uma ilusão de mudança (CRUZEIRO 2011, p. 126-127). Se há continuidades entre o Antigo Regime e Bonaparte, entre o tzarismo e o regime soviético, por que não haveria igualmente traços continuidade entre o Estado Novo e o consulado de Vasco Gonçalves, por exemplo? Cruzeiro faz questão de afirmar a revolução portuguesa como um novo tempo na história de Portugal. Ironias da vida, seu artigo encontra-se no mesmo livro organizado por Martins, com todas as suas questões a respeito da simultaneidade e da transição. Ao mesmo tempo em que afirma a ruptura, Cruzeiro critica aqueles que se afastam crescentemente dos “ideais de Abril” (CRUZEIRO 2011, p. 123). Curiosa análise essa que vê homogeneidade nos projetos que levaram à Revolução dos Cravos. É como se Mário Soares, Álvaro Cunhal, Otelo Saraiva de Carvalho ou Ernesto de Melo Antunes compartilhassem todos da mesma agenda política. Ou haveria entre eles sinceros e insinceros? Estaria esta historiadora a defender a existência de um *verdadeiro* 25 de Abril?

Menos esquemático que Cruzeiro, mas ainda assim defensor da tese de ruptura, mesmo que parcialmente bloqueada, é Fernando Rosas. Afirma mesmo que a democracia institucionalizada em 1976, com a aprovação da nova Constituição portuguesa “é por ela – a Revolução dos Cravos – genética e decisivamente marcada”. Por este motivo, e assim como Cruzeiro, critica os diversos revisionismos que tentam tirar-lhe esta marca (ROSAS 2004a, p. 138). A universalização dos direitos, a integração à Europa e as diversas formas de poder local posteriormente consagrados institucionalmente foram conquistas que se mantiveram apesar da legalidade jurídica que se impôs sobre a legalidade revolucionária. Sobretudo porque a democracia portuguesa, longe de ter sido outorgada, foi conquistada na rua, na *revolução* que se seguiu ao golpe de 25 de abril de 1974 (ROSAS 2004a, p. 154-155). Esta conquista democrática pode ser exemplificada no comportamento popular a partir da queda do regime: invasão da sede da PIDE, dos órgãos de censura, concentração em frente aos fortes

de Peniche e Caxias exigindo a libertação de todos os presos políticos. Por fim, as conquistas das liberdades fundamentais que se mantiveram após 1976. Em diversos aspectos e momentos, a radicalização popular ultrapassou a vontade e os programas dos partidos políticos, que em muitos casos tentaram conter a ação “autônoma” da população (ROSAS 2004a, p. 138-143). Isto para não falar das lutas em torno da reforma agrária e da ocupação de apartamentos e casas nos centros urbanos, nomeadamente Lisboa (ALMEIDA 2006; HAMMOND 1988).

As análises acima apresentadas, umas mais outras menos esquemáticas apontam, pois, para o 25 de Abril como um momento de ruptura para com o passado. Um novo tempo que surgia. Muito provavelmente não deixam de ter razão. Ainda assim, necessário é atentar para a *construção histórica* deste marco zero. O fato de a tradição ser *inventada*, como dizem Hobsbawm e Ranger (HANGER; HOBSBAWM 1984), não significa que seja ilegítima. Esta é a perspectiva apontada por António Costa Pinto. Para ele, a revolução portuguesa foi um processo marcado por ambiguidades e contradições. Por projetos que tanto se aproximavam quanto divergiam. Por este motivo, o olhar e o comportamento sobre a data inaugural, o 25 de Abril, foram alterados de acordo com a conjuntura. Assim, permanece um discurso generalizante a respeito do 25 de Abril como uma data símbolo, merecedora do feriado que lhe foi outorgado em substituição ao 28 de maio. No entanto, a hegemonia de setores mais ou menos radicais, mais ou menos moderados ou mais ou menos conservadores permitiram ações que se alteraram com o tempo. Saneamentos contra funcionários do “regime fascista” ou anistias políticas, criação de espaços de memória, como é o caso do Museu da Resistência, ou a alteração do nome da ponte 25 de Abril (antes Oliveira Salazar) decorrem de disputas pela memória. Sempre inconclusas ou em busca de uma legitimidade que necessariamente se altera com o passar do tempo e dos anos (COSTA PINTO 2004, p. 87-153). Como pano de fundo para o entendimento do 25 de Abril, o fato de que a Revolução ocorre a partir de uma “crise do Estado”, ao contrário, por exemplo, das transições espanhola ou brasileira. Não se trata, pois, de uma transição melhor ou pior, mas de outra forma de transição. Esta é, entretanto, uma perspectiva de análise ainda pouco explorada, mas que aponta no sentido da quebra da forçada dicotomia entre *verdadeira* e *falsa* revolução.

Conclusão

As análises aqui apresentadas a respeito dos autoritarismos e das transições brasileira e portuguesa, naturalmente que não se esgotam em si. Temas como os do processo de modernização do capitalismo brasileiro ou do colonialismo português (ambos mereceriam um texto à parte) foram propositadamente deixados de lado. Procuramos, neste balanço inicial, apresentar as principais investigações que abordam, criticamente, os problemas conceituais da *transição* e da natureza dos regimes autoritários e democráticos. Em particular, preocupou-nos os debates acerca da memória produzida pelas sociedades bem como sua influência nos discursos historiográficos. Ao mesmo tempo, reconhecemos o estágio desigual de ambas as historiografias sobre suas experiências autoritárias, bem como a

respeito de suas respectivas redemocratizações. No caso português, experiência que remete à década de 1930, a comparação do Estado Novo com os modelos fascistas só mais recentemente veio a ser criticada de modo sistemático. No Brasil, o tema mais recorrente tem sido a questão do papel maior ou menor da sociedade-civil. Daí as polêmicas em torno dos termos “ditadura militar” e “ditadura civil-militar”. Quanto ao processo de redemocratização, durante anos a transição portuguesa foi encarada como um modelo de ruptura e, portanto, como um modelo mais “verdadeiro” que o brasileiro, marcado pelo pacto com suas elites (uma transição, neste caso, à espanhola). Este modelo interpretativo sofreu suas primeiras críticas na década de 1990 e aos poucos as transições portuguesa e brasileira têm sido vistas a partir de suas especificidades, não sendo uma “melhor” ou mais “verdadeira” que a outra. Recentemente, ambas as historiografias têm trabalhado, em estágios a nosso ver aproximados, a respeito das memórias e dos legados dos seus regimes autoritários. Mas trata-se de preocupações ainda novas, com resultados ainda bastante provisórios. Esperamos, pois, que os legados do abril brasileiro e do abril português continuem a ser motivo de novas investigações e análises de historiadores e de cientistas sociais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. A. P. **A revolução no Alentejo**: memória e trauma da reforma agrária em Aviz. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

143

CANEDO, L. B. **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CARVALHO, O. S. **Alvorada em abril**. 3ª edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984.

CARVALHO, R. A. A definição do marcelismo à luz da revisão constitucional. In: ROSAS, F.; OLIVEIRA, P. A. (coord.). **A transição falhada**: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 27-89.

CORKIL, D. O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo. In: ROSAS, F.; OLIVEIRA, P. A. (coord.). **A transição falhada**: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 213-232.

CRUZEIRO, M. M. “Revolução” e revisionismo historiográfico: o 25 de Abril visto da História. In: MARTINS, R. C. (coord.). **Portugal, 1974**: transição política em perspectiva histórica. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 97-134.

FICO, C. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24. nº 47, 2004.

- FREIRE, A. Ditadura, democracia e estado de exceção. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 47, jan-jun., 2011, p. 223-226.
- GÓES, Bruno; BRUNO, Cássio. Comemoração de militares termina em pancadaria no Centro do Rio de Janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/comemoracao-de-militares-termina-em-pancadaria-no-centro-do-rio-4446158>.
- GRECO, H. A. Anistia anamnese vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína (orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. Vol.II. São Paulo: Hucitec, 2009.
- HAMMOND, J. L. **Building popular power**: workers' and neighborhood movements in the Portuguese revolution. New York: Montly Review Press, 1988.
- HERMET, G. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). **Transição em fragmentos**: desafios da democracia no final do século XX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- IOKOI, Z. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína (orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. Vol. II. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MARCHI, R. **Império, Nação, Revolução**: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974). Lisboa: Texto Editores, 2009.
- MARTINHO, F. C. P. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise. In: MARTINHO, F. C. P.; LIMONCIC, F. (orgs.). **A grande depressão**: política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 305-330.
- MARTINS, R. C. Problemática da mudança política. In: MARTINS, Rui Cunha (coord.). **Portugal, 1974**: transição política em perspectiva histórica. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 19-29.
- O'DONNELL, G. Delegative democracy. **Journal of Democracy**, vol. 5, nº 1, 1994, p. 55-69.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C; WHITEHEAD, L. (ed.). **Transições do regime autoritário**: Sul da Europa. São Paulo: Vértice, 1988.
- OFFERLÉ, M. **Un homme, une voix?** Historie du suffrage universel. Paris: Gallimard, 1993.
- PEREIRA, L. C. B. Os limites da 'abertura' e a sociedade civil. In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

PINTO, A. C. Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal. In: BRITO, A. B; GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, C; FERNÁNDEZ, P. A. (coord.). **Política da memória**: verdade e justiça na transição para a democracia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 87-153.

PINTO, A. C.; TEIXEIRA, N. S. **A Europa do Sul e a construção da União Europeia (1945-2000)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PROENÇA, M. C.. A reforma educativa de Veiga Simão. In: ROSAS, F.; OLIVEIRA, P. A. (coord.). **A transição falhada**: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 233-261.

RAMOS, R.; SOUSA, B. V.; MONTEIRO, N. **História de Portugal**. 5ª edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. 3 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSAS, F. **Pensamento e acção política**: Portugal, século XX (1890-1976). Lisboa: Editorial Notícias, 2004a.

_____. Marcelismo: ser ou não ser. In: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Ayres de (coord.). **A transição falhada**: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004b, p. 09-26.

SANTOS, C. M; TELLES, E.; TELLES, J. (orgs.) **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. 2 vol. São Paulo: Hucitec, 2009.

SCHMITTER, P. C. **Portugal**: do autoritarismo à democracia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

SOARES, G.; D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (org.). **A volta aos quartéis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SILVA, F. C T. da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.) **O Brasil republicano**: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Europa ou o concerto das nações**: ideias conservadoras e política internacional na obra de Leopold von Ranke (1795-1886). Tese apresentada ao Concurso Público para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 1993.

TELLES, E.; SAFATLE, V. (orgs.) **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

TORGAL, L. R. Marcelismo, "Estado social" e Marcello Caetano. In: _____. **Estado Novo, Estados Novos**. Volume I. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2009, p. 615-673.